

A Lei Orçamentaria Anual (LOA) de 2021 do Distrito Federal: O que Podemos Esperar de sua Execução em Tempos de Pandemia de Covid19?¹

Rosiane Borges²

Para iniciar nosso artigo, vamos refletir sobre a seguinte questão: se as entregas, na execução das leis orçamentárias, em diversos governos anteriores ao atual já eram difíceis e deixavam muito a desejar aos contribuintes, o que podemos esperar em tempos de pandemia da LOA de 2021?

No início de 2020, o mundo parou. Ficção científica? Um filme de terror? Ou mesmo um remake do clássico “Epidemia”, de 1995, estrelado por gigantes das produções cinematográficas, Dustin Hoffman e Morgan Freeman, quando um vírus mortal e contagioso coloca uma cidade americana em quarentena e “lookdown” e com risco iminente de ser destruída pelo governo.

Saindo da ficção científica e entrando na realidade, creio que nossa geração, dos meus pais e dos meus avós, nunca imaginaríamos que o mundo iria virar de cabeça para baixo.

Tudo veio à tona, por meio dos noticiários mundiais, quando, em uma cidade chinesa, chamada Wuhan, mais especificamente em um Mercado de Frutos do Mar, detectou-se o primeiro surto registrado de Covid 19. Ninguém imaginava que um vírus superpoderoso estava solto e se espalharia pelo globo terrestre, em um curto espaço de tempo, como um rastilho de pólvora, saindo de uma epidemia para uma pandemia, e que o mesmo ceifaria a vida de milhões de pessoas no mundo, proibindo-nos o ir e vir dos habitantes em suas cidades e levando provavelmente à ruína da economia global de forma muito rápida.

1 Versão revisada de texto publicado, em “O Panorama”, <https://opanorama.com.br/a-lei-orcamentaria-anual-loa-de-2021-do-distrito-federal/>, em 14 jul. 2021.

2 Assessora Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Email: rosianeborges61@gmail.com.

Quando falamos em economia, o assunto nos remete a uma temática importantíssima, que é o orçamento público, cuja obrigação, dentro dos preceitos constitucionais, tem como função a transformação de tributos pagos, pelos cidadãos, em entregas de serviços públicos essenciais ao bem-estar da população, tais como educação, saúde, segurança e transporte público dentre outros. Não se trata de um favor mas sim de uma obrigatoriedade do Estado para com o contribuinte.

Como citamos acima, as consequências da pandemia obrigaram os governantes a fecharem fronteiras, proibirem o ir e vir dos habitantes, arrasaram a economia, encerraram atividades de muitas empresas, que inclusive tinham um papel vital, na composição positiva do PIB, e causaram um estrago sem precedentes na cadeia produtiva, com milhões de empregos dizimados, prejudicando-se o bem-estar de inúmeras famílias, cuja diminuição ou mesmo perda de renda, até por serem as principais fontes de contribuição, acertou como uma flecha certa o orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Nesse sentido, remetemos nossa reflexão, no caso do Distrito Federal, onde vivemos e podemos acompanhar de perto a execução da LOA de 2021. Como não poderia ser diferente dos estados brasileiros, vimos de perto o encerramento de diversas atividades econômicas, elevação significativa do desemprego e um enorme caos social, em consequência das atitudes governamentais, no combate a pandemia da Covid 19, seguindo-se à risca medidas sanitárias e protocolos recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Infelizmente, naquele momento, foram, na minha opinião, as decisões mais acertadas, tendo-se em vista o desconhecimento total do vírus e sua letalidade.

Se fizemos um resgate histórico da recessão que atravessamos, após a copa do mundo de 2014, Brasília foi uma das sedes, e teve, inclusive uma das arenas mais caras, que custou na época, algo em torno de 2 bilhões de reais. O governo que assumia o comando da cidade, em 2015, acusava um rombo bilionário, nas contas públicas, e que não foi diferente, no ano de 2019, segundo diversas publicações jornalísticas do mesmo ano, período o qual o governo atual assumiu as rédeas do Distrito Federal, acusando-se explicitamente o anterior, de receber o cofre vazio. Segundo a Secretaria de Fazenda, em diversas reportagens, o déficit beirava entre 6 a 9 bilhões de reais.

Diante disso, o que o governo indicava, naquele momento, eram os riscos eminentes de uma desastrosa execução das políticas públicas básicas e essenciais para o bem-estar da população. Ora, se as execuções orçamentárias anteriores a 2014 já eram um sério problema, na vida dos cidadãos, imaginem agora com os cofres públicos vazios, ou seja, teríamos entregas de serviços públicos piores do que as que já tínhamos anteriormente, de péssima qualidade, com gravíssimas deficiências, na geração de empregos e renda, crescimento efetivo das estatísticas de desempregados e um possível caos na segurança pública.

Vale ressaltar que, na educação, as famosas faltas de professores, falta de material didático, e falta ou má condição de infraestrutura têm consequências diretas, na péssima qualidade de ensino, de que tanto ouvimos falar e escutar, nos noticiários locais e nacionais. Já, na saúde, hospitais caindo aos pedaços, falta constante de remédios, médicos em quantidade insuficiente, para atendimentos da superlotação de pacientes, filas

enormes de pessoas doentes sem conseguir consultas ou leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) também são manchetes frequentes na mídia brasileira.

Assim sendo, tudo acima nos indica que possivelmente na pandemia, bem como antes dela, a irresponsabilidade e a má qualidade dos gastos, na execução do orçamento público, no âmbito do Distrito Federal, vinha à tona, deixando milhares de pessoas com Covid 19 e outras comorbidades sem um atendimento digno e de qualidade e muitas foram a óbito, como se estivessem em um corredor da morte, triste realidade, que vimos acontecer de perto com parentes, amigos, vizinhos e pelos noticiários diários.

Nessa linha de reflexão, em entrevista ao G1 DF, de 07 de janeiro de 2021, o GDF (Governo do Distrito Federal) registrou que a Lei Orçamentária Anual de 2021 seria 2,5%, maior que a do ano de 2020. É importante frisar, de forma bem simplista, que o orçamento público é uma peça fictícia e que trabalha com estimativas de arrecadação de receitas e que surpresas não poderiam ser descartadas, em plena pandemia, com suas ondas e variantes que chegavam a nossa cidade.

Ao mesmo tempo, na mesma reportagem, o próprio GDF informou que o Fundo Constitucional teria uma redução de R\$ 704,2 milhões maior do que o previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021. Em explicações sobre a redução do fundo, o próprio governo remeteu à queda da receita corrente líquida (RCL) da União, em razão da pandemia, ou seja, arrecadou menos do que esperava. Dessa forma, podemos entender que a declaração do GDF nos leva a tirar nossas próprias conclusões, de que a LDO e a LOA de 2021 poderiam estar superestimadas, por não considerarem ou não acreditarem, nas consequências da Covid 19 e seus impactos nas contas públicas.

Queria muito acreditar que a execução da Lei Orçamentária de 2021 fosse superar todas as anteriores e que as entregas aos contribuintes, principalmente os das classes que mais precisam ser alcançadas pelos serviços públicos, fossem de excelente qualidade. Infelizmente não é o que podemos ver até o presente momento, em que se encerra o primeiro semestre do corrente ano.

Ao contrário do que sonhávamos, o que se vê são ônibus superlotados, colocando-se em risco a vida de milhares de pessoas, todos os dias, que precisam trabalhar para sobreviver em plena pandemia, falta de remédio dos mais simples aos mais complexos, falta de médicos, UTIS e até algo inédito, que nunca ouvimos falar e que aconteceu realmente, ou seja, a falta de oxigênio. Testemunhamos também uma alta, no desemprego, a degradação da educação, que já era tida pelos contribuintes, em diversas reportagens locais e nacionais, como sendo de péssima qualidade, dentre outras obrigações já citadas em parágrafos acima e que foram realizadas, como no dito popular, a “meia boca”.

Queria acordar, e enxergar que tudo de que falamos anteriormente não passasse de um pesadelo e que, ao contrário, encontrássemos uma população feliz com as execuções orçamentária e financeira das políticas públicas e o governo de nossa cidade fosse um exemplo, para o Brasil, de entregas dos serviços públicos aos contribuintes.

Por fim, fica uma dúvida tremenda no ar e na minha cabeça. Se, nos anos anteriores, as execuções orçamentárias e financeiras, no âmbito do Distrito Federal, entregaram serviços de baixíssima qualidade, na opinião da população em geral, registrada em diversos meios de comunicação, escrita, falada e televisionada, que se dirá agora, a seis meses do encerramento do ano fiscal e em plena pandemia? O que será de nós? Deus nos acuda!!!!